

# O COMÉRCIO DA EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O AUMENTO DA DESIGUALDADE NO BRASIL

## THE EDUCATION TRADE AS A TOOL FOR INCREASING INEQUALITY IN BRAZIL

João Pedro Mardegan Ribeiro 1

**Resumo:** Mesmo passado mais de setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal como pouco mais de trinta anos da nova Constituição Federal, no Brasil ainda há muitos direitos que apenas estão presentes nos documentos, e que na prática não estão sendo efetivados. Um desses direitos é referente a uma educação igualitária e de qualidade para todos. A educação, objeto pilar da sociedade, que é um mecanismo de combate às desigualdades sociais tem, nos últimos anos, se tornando uma ferramenta que potencializa tal desequilíbrio devido a uma nova onda na educação, que é o seu comércio. O comércio da educação tem feito com que para os mais pobres, o ingresso ao ensino superior tenha mais barreiras, mesmo com as políticas de cotas. Assim, a metodologia deste trabalho consistiu em analisar o campo teórico dos estudos da educação, e com isso fazer uma reflexão do percurso histórico e cultural que as práticas de ensino, e de fato, a Educação Básica no país tem seguido nos últimos anos. Os principais resultados demonstraram que o processo de colocar a educação como comércio, devido aos exames de ingresso nas instituições de ensino superior, é um utensílio para o aumento das diferenças entre as classes.

**Palavras-chave:** Comércio da Educação. Desigualdade. História da Educação.

**Abstract:** Even after more than seventy years after the Universal Declaration of Human Rights, like just over thirty years after the New Federal Constitution, in Brazil there are still many rights that are only present in the documents, and that in practice are not being implemented. One of these rights is related to an equal and quality education for all. Education, a pillar of society, which is a mechanism to combat social inequalities, has, in recent years, become a tool that potentiates such an imbalance due to a new wave in education, which is its trade. The trade in education has meant that for the poorest, entry to higher education has more barriers, even with quota policies. Thus, the methodology of this work consisted of analyzing the theoretical field of education studies, and with that make a reflection of the historical and cultural path that the teaching practices, and in fact, Basic Education in the country has followed in recent years. The main results showed that the process of placing education as a trade, due to the entrance exams in higher education institutions, is a tool to increase the differences between classes.

**Keywords:** Education Trade. Inequality. History of Education.

## Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar um breve relato acerca das perspectivas do comércio da educação no Brasil ancorado em uma visão histórica e nas atuais tendências da educação, visando demonstrar que esta está seguindo rumos inimagináveis, diferentes daqueles propostos pelos documentos curriculares oficiais, assim como as leis e diretrizes da educação, e as principais ponderações dos teóricos da área, ou seja, a educação básica vem se tornando uma ferramenta para o aumento da desigualdade, uma vez que seu comércio tem sido cada vez mais intensificado.

Neste sentido, tendo em vista o ingresso ao ensino superior público, ou até mesmo nas universidades bem mais ranqueadas, muitas escolas tem deixado de lado o trabalho com a formação integral de um sujeito histórico, e somente tem inserindo em seus alunos uma vasta gama de conteúdos conceituais para que eles consigam atingir altos índices de desempenho nos exames de ingresso ao ensino superior, que para a escola aumenta sua visibilidade, gerando mais interessados, e assim, obtendo mais lucro. Outras também, e que é algo crescente no Brasil, e não só restrito as escolas, mas também em muitas instituições, é a oferta de cursinhos preparatórios para os exames, evidenciando que as escolas básicas não são suficientes para o preparo dos alunos para o vestibular, logo, há de ser necessário um reforço dos conteúdos conceituais.

Quando há o trabalho somente com o viés conteudista outros objetivos da escola não são levados em conta, tais como a formação de um sujeito crítico-reflexivo e a discussão das questões sociais e sociocientíficas. Ou seja, o processo de comercialização da educação tem retirado da escola o papel de desenvolvimento de competências e habilidades em seus alunos para dar a eles somente o ganho mecânico de conceitos históricos e científicos, o que torna a educação uma ferramenta de aumento das desigualdades. Evidência esta demonstrada pelo fato de muitos alunos formados não entendem a variação regional, nacional e mundial dos impactos das condições sociais e científicas, e suas implicações para com o ingresso ao ensino superior.

Assim, este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica para sua construção teórica, embasado na literatura acerca da história da educação no Brasil, assim como nos atuais dados referentes as diferenças entre a quantidade de alunos ingressantes nas instituições de ensino superior do Brasil oriundos da rede privada e também pública de ensino divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Logo, este trabalho centrou na reflexão sobre o processo histórico das perspectivas da educação no Brasil, e como as práticas comerciais da educação vem se tornando uma ferramenta de aumento das desigualdades sociais, fator que as cotas estão tentando diminuir. Ou seja, a educação deve atuar como uma forma de minimizar desigualdades, mas este comércio educacional tende a aumentar as desigualdades, o que as cotas, que vem se expandindo, visam diminuir.

## Uma breve reflexão sobre a finalidade da Educação

Para Saviani (2018) a marginalidade pode ser identificada por meio da ignorância, ou seja, é marginalizado em nossa sociedade aquele sujeito que não é esclarecido, e, assim, a escola surge como um mecanismo com viés de diminuir essa marginalização. Com isso, ao papel da escola, em sua essência, cabe a transmissão e difusão de conhecimentos acumulados ao longo do período histórico da humanidade de forma lógica e sistemática. Deste modo, com tal conhecimento, o aluno é capaz de mudar a sua realidade.

Em complemento, nas obras de Paulo Freire também se pode compreender que a educação, em seu âmago, deve ser potencial-libertadora, ou seja, deve oferecer condições para que os alunos compreendam sua realidade, e por meio do conhecimento adquirido sejam capazes de fazer modificações benéficas na sociedade. Logo, de certo, os alunos na educação básica não só devem formar com conhecimentos científicos e históricos, e, sim, com uma ampla formação cidadã com habilidades e competências capazes de melhorar as condições de vida e trabalho em sociedade.

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade, e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias. [...]. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais (FREIRE, 1979, p. 30-31).

Ou seja, a educação pode ser compreendida como uma ferramenta que permite ao homem adquirir competências e habilidades que possibilitam que ele atue como um agente ativo e modificador de sua realidade, tal como daqueles que o cerca. De fato, a educação não pode ser vista somente como um viés escolar, de transmissão de conhecimentos científicos e históricos, e sim, como método de aprimoramento das capacidades em prol do favorecimento das habilidades para transformar o mundo de forma benéfica.

Viana (2006) destaca que em nossa atualidade, na visão dos pedagogos, o processo educacional não é visto somente como um mecanismo residente nas escolas, uma vez que a escola não é a única responsável pelo processo de educação, já que a educação é muito mais do que ensinar e instruir, e sim, representa tudo que pode ser desenvolvido no ser humano, ou seja, uma erudição global, as competências e as habilidades.

Referenciando as perspectivas da educação oriundas de filósofos gregos, há destaque para as concepções de Sócrates, Platão e também de Aristóteles. Para Sócrates é por meio da educação que a busca pelo conhecimento e as convicções da razão são compreendidas, ou seja, a educação permite que o sujeito tenha conhecimentos de si e para si, tornando consciente das razões do universo, e das limitações do seu real saber. Já para Platão, a educação deve favorecer ao homem uma formação para uma sociedade ideal, tornando a educação um processo de liberdade, que retira o homem de uma condição de ignorância e o coloca como um ser sábio. Assim como, para Aristóteles, a educação é a ferramenta que leva o homem a alcançar plenas capacidades passíveis de fazer uma integração da busca pela felicidade com as faculdades do intelecto e da moral.

Há destaque assim para o fato de que a educação, em todas as suas esferas, necessita de uma conjunta ação da sociedade, seja da equipe escolar, os alunos, os pais, e também da comunidade, uma vez que a educação, em seu foco, é um processo que visa desenvolver de forma integral todas as potencialidades dos indivíduos. A educação também é um processo cultural, já que trabalha com condições de formação de competências e habilidades, a formação de opinião, e conhecimentos para um trabalho coerente e positivo quanto cidadão.

Assim, no portal da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Paulínia, há uma definição muito precisa de educação que pode expressar em linhas gerais a perspectiva da educação em nossa atualidade, sendo esta:

O objetivo da educação na escola pública é atingir a qualidade social para todos e cada um dos seus alunos; garantir de forma sistemática a apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade; desenvolver as diversas habilidades; contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito histórico; para ter visão de mundo coesa, coerente e consistente; resolver conflitos individuais, de grupos e coletivos; alicerçada em valores éticos; estimular, promover e oportunizar o processo de construção coletiva, participativa na sociedade para manter e/ou transformá-la de forma consciente, crítica, criativa e responsável (PALOMAR, 2017, p.1).

## Uma pequena história da educação no Brasil

Entre os historiadores, filósofos, sociólogos e outros estudiosos da história e filosofia da evolução do pensamento cultural e social no Brasil, muito se debate acerca da conjuntura “descobrimto do Brasil”. Para muitos, ele é errado, já que na época em destaque já havia habitantes no país, sendo estes os índios, e os portugueses invadiram as terras pertencentes a estes. Para outros, o Brasil foi descoberto, e este termo é usado em vista das análises geográficas dos países europeus que sentiam o desejo de fazer novas descobertas e expandir seu território. Essa questão muito se relaciona com o processo educacional, uma vez que os portugueses usaram desse processo para doutrinar os índios conforme seus costumes e crenças, usando a educação como mecanismo de desvalorização da subjetividade cultural e sim como forma de implantar seus costumes para outros povos, o que se enquadra como invasão.

De fato, os índios já possuíam seu próprio sistema de educação, onde sua cultura e tradição era passada de geração em geração, muitas vezes por paternalismo. Mas, as primeiras salas de aula no Brasil foram criadas pelos jesuítas com o objetivo de evangelizar os índios, ou seja, os colonos chegaram ao país com um sistema de ensino com um conteúdo e método já estabelecido para ser transmitido a esses povos recém-descobertos, sem considerar o que eles já sabiam ou adotavam como cultura, isso aconteceu porque a Igreja Católica se sentia ameaçada devido às reformas protestantes, e com isso, queria difundir o catolicismo para outras regiões.

De Souza Lima (1995) destaca que na educação oriunda dos jesuítas para os índios continha noções de língua portuguesa, onde era praticada a leitura e a escrita, assim como havia certo estímulo para o abandono das línguas nativas, com o objetivo de modificar certos costumes dos povos colonizados para influenciá-los a viver em uma sociedade tal como a portuguesa. Scachetti (2003) destaca que um marco neste processo de ensino foi o uso do teatro e também da poesia para ensinar, transmitido inicialmente por José de Anchieta, padre jesuíta espanhol, que se inspirava nos hábitos e costumes indígenas, tais como as músicas, danças, e cantos para fazer os seus autos, e isso chamava muito a atenção e interesse dos índios, o que facilitava na catequização.

Após certo período, as casas de “be-a-bá”, lugares que ocorria catequização e alfabetização, sofreram certas modificações, dando espaço aos colégios. Onde antes o foco era a catequização dos índios, deu lugar a alfabetização dos filhos dos colonos e também dos escravos, estes últimos, em minoria, recebiam uma doutrinação para que respeitassem os dogmas cristãos.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos de todo o império português, e assim, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido popularmente como Marquês de Pombal, ficou responsável por iniciar uma reforma na educação, com o objetivo de modernizar o reino de Dom José. Em 1774, no Rio de Janeiro, deu início as primeiras aulas e a educação se tornou responsabilidade do estado, nestas escolas havia o ensino de leitura, escrita, contagens e também conhecimentos humanísticos (SOUZA, CAVALCANTE, 2016).

Em 1808, houve a vinda da família real para o Brasil, o que acarretou em uma difusão cultural. No ano de 1822, Dom Pedro I assumiu o trono e começou a realizar mudanças educacionais. Foi feita uma Constituição em 1824, estabelecendo que a Educação deveria ser gratuita para todos, e que escolas fossem criadas em todas as vilas e cidades, assim como, as províncias adquiriram o direito de definir as suas próprias regras educacionais locais. Todavia, se observa que muitas delas seguiam regras comuns, uma vez que o seu presidente, nomeado pelo imperador, circulava por mais de uma região.

Rodrigues (2010) afirma que para aqueles que iniciavam os estudos, havia as escolas de primeiras letras, onde era trabalhado com a leitura, a escrita, e as operações matemáticas básicas, e seus métodos baseavam-se no modelo lancasteriano, inspirado em um sistema fabril, e para estudos posteriores, o Colégio Pedro II, fundado em 1837 no Rio de Janeiro, surgiu com o objetivo de ser um modelo de ensino secundário. Mas, o problema encontrado na Educação no Brasil neste período foi que as famílias não viam necessidade de colocar seus filhos nas escolas.

No ano de 1860, começou a surgir às primeiras leis que previam vantagens para quem era preparado por estas instituições. Com a Constituição de 1881, a União ficou responsável

apenas pela Educação no Rio de Janeiro (cede de governo), com isso, os outros estados deviam arcar sozinhos pela oferta de ensino. Já no ano de 1890 surgiram ideias mais positivistas que foram encabeçadas por Benjamin Constant, que foi chefe do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Segundo Meirelles (2013), Benjamim Constant propôs certas mudanças, tais quais: Ensino Primário de 7 a 13 anos, e o Secundário de 13 a 15 anos, priorizando disciplinas de cunho científico, como a física e a matemática.

No ano de 1920, houve um maior incentivo para as convicções de uma educação para todos, baseados nas ideias da escola nova defendidas por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, e estes defendiam que a escola básica deveria ser laica e pública, sem privilégios e com plena igualdade a todos. Por volta deste período, surgiram às escolas operárias em quase todos os estados, e estas adotaram uma pedagogia mais libertadora, baseada nas ideias de Francisco Ferrer y Guardia, onde foram inseridas no currículo as disciplinas de cunho mais científico e retirado os dogmas da Igreja.

Quando Getúlio Vargas assumiu o governo foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e Francisco Campos foi indicado para chefiar este ministério. Tendo em vista sua religiosidade, o ministro colaborou para que o Ensino Religioso fosse colocado no currículo. Em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a perspectiva de uma escola pública e laica estava adquirindo maior visibilidade. Já em 1942, devido a promulgação das leis orgânicas da educação, o Ginásio passou a ter quatro anos, o Colegial três anos, e também foi criado o curso de supletivo para adultos, tendo em vista que 80% da população brasileira era analfabeta.

Entre os anos de 1950 a 1960, a política no Brasil foi baseada no populismo, e com isso surgiram movimentos com outras perspectivas, tais como as propostas por Paulo Freire, que em 1962 alfabetizou trezentos trabalhadores rurais em quarenta e cinco dias, dissertando que as cartilhas eram incapazes de ensinar de forma a atingir todos os alunos, de modo que, para ele, os privilégios das classes impediam a maioria da população a usufruir de certos bens, como a educação, e que esta deveria ser destinada a instigar a reflexão da própria condição social.

A educação com viés mais democrático foi abandonada com o início do regime militar em 1964. Paulo Freire foi exilado no Chile, e as perspectivas da Escola Nova foram descartadas. Contradizendo as perspectivas de Freire, o governo queria formar pessoas para executar tarefas (devido à industrialização) e não para pensar sobre a realidade. Logo, a escola primária ficou voltada para atividade prática e o segundo grau era para preparar os estudantes para o mercado.

Em 1971, Jarbas Passarinho, ministro da Educação e Cultura, tornou oficial o vestibular classificatório nas universidades, e também houve a organização do ensino em primeiro e segundo grau, onde para as crianças até os 14 anos era obrigatório. No Governo do General Ernesto Geisel, houve a municipalização do ensino de primeiro grau, e no Governo de João Figueiredo houve a revogação da obrigatoriedade do ensino de segundo grau ser voltado ao mercado e assim, foram criados programas específicos de educação (FERREIRA, 2013).

Em 1988, com a nova Constituição Federal, a educação tornou um direito de toda a população. No governo de Fernando Henrique Cardoso, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com relatoria do senador Darcy Ribeiro, dando início a municipalização do Ensino Fundamental, e também foi inserida a educação infantil como primeira etapa. Ou seja, o primeiro e segundo grau se tornou o Ensino Fundamental e Médio, respectivamente. Neste período também foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com resultados por escola e por aluno, e de certo, em 2009, este começou a substituir o vestibular para o Ensino Superior de algumas universidades.

Vemos então, que ao longo de toda a História da Educação no Brasil, houve distintas perspectivas de como ela deveria ser, baseada nos ideais de quem governava o país ou a colônia. Um dos erros cometidos ao longo desse período foi considerar a Educação como apenas a transmissão de conhecimentos para uma finalidade comum, como por exemplo, na Ditadura Militar, era a inserção dos educandos no mercado, mas também no Brasil colônia, com a perspectiva da igreja Católica difundir seus ideais. A Educação, como Paulo Freire pregava, tem o dever de conscientizar a população, e inserir nela habilidades que façam com que enxerguem

o mundo em todas as suas linhas gerais.

### **Rumo atual da Educação**

Hoje, no Brasil, se observa que há muitas pesquisas que debatem acerca da qualidade da Educação Básica, discorrendo sobre suas grandes problemáticas, comprovados devido ao péssimo desempenho dos estudantes brasileiros em exames de aprendizado nacionais e internacionais. Todavia, não é simples resolver tal problemática, uma vez que existem muitas partes envolvidas e também vários mecanismos diretamente envolvidos. Um dos fatores que demonstram a grande desigualdade no aprendizado no Brasil são os vestibulares. Ou seja, a educação no Brasil hoje devido aos vestibulares, tem seguido um rumo de aprendizado mecânico, fora do viés da preparação cidadã.

Destarte, por um longo período da educação no país se observa que a maior parte dos alunos ingressantes nas melhores instituições de ensino superior, assim como nos cursos mais concorridos, são alunos oriundos da rede privada de ensino, uma vez que as escolas, em maioria, estão voltadas a um ensino com prioridade a atender somente as exigências dos vestibulares, o que gera um ensino pautado em decorar fórmulas e conteúdos para as provas, onde a maior parte deles será esquecido e não será útil após o vestibular.

Assim, muitas notícias têm colocado que a escola de qualidade é aquela que aprova mais alunos no vestibular, o que está fazendo a educação se tornar um comércio. Ou seja, com as notas altas obtidas pelos seus alunos em vestibulares, e também a aprovação nas universidades bem mais ranqueadas no Brasil, há melhora no *marketing* e reconhecimento da escola, o que faz com que se tenham mais interessados em ingressar nesta instituição. Essa grande quantidade de aprovações se deve, em maioria, a carga maçante de conteúdos trabalhados, a forma mecânica de ensino, e também a formação de turmas específicas para certos vestibulares. O que gera muita desigualdade no ensino ofertado pelas escolas.

Essa desigualdade, em média, faz com que se tenha uma desigualdade de ensino ofertado pela rede pública e a rede privada, gerando uma exclusão sócia educacional aparente, fato que interfere no cotidiano das classes. Isso quer dizer que, quem nasce em uma classe baixa, em maioria, permanecerá nesta classe pela falta de oportunidade e instrução. Em debates, muito se diz “quem quer vai atrás”, todavia, como influenciar o verbo querer nos alunos se os mesmos não tiverem instrução?

Ou seja, a maioria das escolas públicas tem muita dificuldade em preparar seus alunos para os grandes vestibulares, e em contrapartida, a maioria das escolas privadas, no que se refere ao ensino, consegue ter mais facilidade em preparar os alunos para os vestibulares, devido a muitos fatores, tais qual a estrutura, os métodos, e a perspectiva subjetiva de vida de cada um de seus alunos. Assim, a educação no Brasil hoje, seguiu um novo rumo: Aquelas que aprovam mais alunos em vestibulares são as melhores, isto é, a escola que melhor prepara os alunos com conhecimentos mecânicos e decorados são as que possuem maior visibilidade. A transmissão de conhecimentos científicos e históricos é importante, mas a escola também necessita desenvolver habilidades e competências em seus alunos para o efetivo exercício da cidadania.

Logo, a atual tendência da educação, mesmo que difere dos princípios propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem sido, em sua essência, preparar os alunos para os vestibulares. Assim como, as escolas que tem trabalhado mais paradigmas voltados ao desenvolvimento de habilidades e competências muito mais do que transmitido conhecimentos mecânicos, tem oferecido cursinho pré-vestibular em contraturno, e/ou os alunos o cursam após a conclusão do ensino médio, e também algumas universidades e entidades sociais oferecem cursinhos gratuitos em auxílio aos alunos da rede pública mais carentes.

### **A comercialização da educação**

Com a crescente dificuldade de ingresso, a procura por cursos de nível superior, a alta concorrência em alguns, tais como medicina, direito e engenharias, e também a vontade em se

conseguir uma vaga em Universidades renomadas, as ideias de uma aprendizagem significativa têm sido deixadas de lado, para que se tenha um ensino mais mecânico, pautado na decora de conteúdos conceituais.

Em 2017, especificadamente no dia 12 de Novembro de 2017, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e divulgado por Calgario (2017), 4.724.519 milhões de estudantes realizaram o segundo dia do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com a finalidade (maioria dos estudantes) em concorrer a uma vaga no SISU (Sistema de Seleção Unificada) para a entrada em Universidades Públicas, tal como, conseguir uma bolsa Parcial/Integral no Prouni (Programa Universidade para todos) em Universidades Particulares, ou também concorrer ao Financiamento Estudantil (Fies). Levando em consideração apenas a entrada de estudantes em Universidades Públicas, neste ano, foi oferecida 239.601 mil vagas, um número muito reduzido em vista da quantidade de alunos que prestaram o Exame, ou seja, apenas 5,07% terão a oportunidade de ingressar em Instituições Públicas (essa porcentagem será aumentada, visto que, algumas universidades ainda fazem seus próprios vestibulares).

De fato, muitas escolas não estão interessadas no aprendizado dos alunos, e sim, “tirá-los das ruas”. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o trabalho da criança é estudar, mas, de certo, mais da metade dos alunos da rede pública nem sabe o porquê de precisarem ir à escola. A pergunta típica é: Por que eu tenho que aprender isso, se não vou usar? Gerando problemáticas para os alunos interessados, visto que, o meio influenciará no modo em que o professor irá lecionar (de má qualidade, por não conseguir suporte e apoio dos alunos) e os alunos não vão estar aptos a realizar trabalhos, talvez, de seus sonhos, assim, só poderão realizar atividades com baixa remuneração, e com subordinação a outras pessoas.

Isto nos remete a comercialização da Educação. Hoje, a educação no Brasil tem seguido rumos inimagináveis ao longo de toda a história da evolução das instituições educativas, isso porque a educação como aprendizagem mecânica é mais viável em vista do aspecto: Educação X Agrado dos alunos e pais. Em outras palavras, se os pais estão pagando a escola, e os filhos adquirindo habilidades mecânicas, e como resultado, há a aprovação em universidades renomadas, ou em cursos concorridos, tem significado que ele foi educado de forma positiva. Muitas vezes este modo de ensino não é positivo, por certo, os pais pagam (investem na escola) querendo um retorno, a aprovação em vestibulares, mas não é essa a diretriz da Educação, uma vez que o aluno não saiu com pensamento crítico, e com competências e habilidades gerais, e sim, cheio de conteúdo sem conhecimento de aplicabilidade, e que muito dele será esquecido.

Ainda há no Brasil um grande ponto: A maioria dos alunos que cursam a educação básica em escolas públicas ingressa em universidades particulares, e os alunos das escolas particulares em universidades públicas. As cotas têm atuado como um mecanismo para diminuir tais valores. Assim, chegamos a um ponto, a autonomia do aluno é importante, mas a aprovação mecânica tem sido o mais notório.

Segundo os dados do INEP, na Síntese de Indicadores Sociais de 2018, até este ano, por volta de 36% dos alunos que cursaram o ensino básico na rede pública ingressaram em alguma instituição de ensino superior, tal como, da rede privada esse número chega a 79,2%, uma quantidade muito desproporcional. Assim como, o número de alunos da rede básica privada que ingressaram na educação superior pública foi duas vezes maior do que a quantidade de alunos oriundos da rede básica pública, e há de ser necessário considerar também que na educação básica há mais alunos na rede pública do que na privada, ou seja, ainda há dominância dos alunos que cursaram o ensino médio em escolas privadas no ensino superior público.

Mas, como se é manifestado o comércio da educação? O governo elenca conteúdos obrigatórios a serem ministrados por todas as escolas, porém, a pouca quantidade de aulas por semana não garante que todo o conteúdo seja apresentado aos alunos, de modo que, também não há um aprofundamento. Os vestibulares, ao criarem as questões de seus exames, se baseiam nos conteúdos comuns, mas, com aprofundamentos que muitas vezes não foi trabalhado nas escolas. Se o professor apenas trabalha no desenvolvimento de habilidades e competências integrados ao conteúdo, ou seja, visando uma aprendizagem significativa, não

terá muito espaço para a preparação para os vestibulares, tal como, se o professor trabalha na transmissão de conteúdos de forma aprofundada para preparar os alunos para os exames, ele estará estimulando a aprendizagem mecânica, o que não é a finalidade da educação.

Muitos exames de ingresso nas instituições de ensino superior exigem muito conhecimento de fórmulas e conceitos. Estes exames são iguais para todos os alunos, tanto para os oriundos das escolas públicas e para os alunos das particulares, mas é desigual em questão de preparo. Assim, entra o comércio da Educação, onde a maioria das escolas privadas, técnicas e federais tem se voltado às práticas de ensino para a preparação dos alunos para os vestibulares, inserindo nesses as mais habilidades mecânicas. Observa-se também que muitas escolas, para tentar amenizar essa carga maçante de aprendizagem mecânica, adotam atividades extracurriculares ou outras matérias de cunho “humanitário”, para mostrar que também estão preocupados com a inserção do aluno na sociedade pós-educação básica.

Mas, mesmo assim, quando o aluno não conseguiu adquirir um conhecimento mecânico aprofundado, ele recorre ao que chamamos hoje de “cursinho pré-vestibular”. Este é uma maneira de auxiliar o aluno na preparação para o vestibular, mostrando que a Educação Básica não é boa o suficiente para preparar o aluno para estes exames. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) possui mais questões contextualizadas, muito coerentes com os objetivos dos conhecimentos conceituais da educação básica, todavia, há exames que exigem uma preparação muito mais profunda e delicada, como a Fuvest (para entrar na Universidade de São Paulo), a Convest (para entrar na Universidade Estadual de Campinas) e o vestibular do Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

Deste modo, os pais precisavam investir mais dinheiro nas Instituições de ensino a fim de que o filho consiga ganhar efetivas habilidades mecânicas. Há, por sorte, cursinhos voltados para alunos de baixa renda, fornecidos por alunos das próprias universidades, visando ajudar os que não podem pagar a também conseguir uma vaga na Universidade. Assim como, cada vez mais o governo e também as instituições de ensino tem incentivado a criação das políticas de cotas.

De fato, é errado existir cursinhos pré-vestibular, porém, enquanto o modelo de entrada nas Universidades for por meio só e somente só de exames escritos, ele é necessário. Sabemos, por toda uma história filosófica da pedagogia mundial, que uma prova não é capaz de avaliar todo o conhecimento e habilidade de um aluno, mas, seguimos um sistema precário de pressupostos educativos. Isso é o comércio da Educação, o estudante (ou aquele que lhe mantém) paga para adquirir habilidade mecânica para conseguir ser aprovado em uma prova, ou um conjunto de provas. Para amenizar isto, o governo criou “as cotas”, elas auxiliam, todavia, muitos alunos das cotas, também fizeram cursinho. Ou seja, a educação superior tem se tornado um mecanismo de desigualdade.

## Considerações Finais

Em 2020, completamos mais de setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (dezembro de 1948), assim como, pouco mais de trinta anos da nova Constituição Federal (outubro de 1988), e ainda há muitas desigualdades encontradas em todas as esferas no país. Analisando toda a história da educação no Brasil sempre houve algo que desfavoreceu sua qualidade e perspectivas. Cada conjunto de anos históricos a educação tinha uma finalidade, e muitas vezes não foi atendida. A atual finalidade da educação básica é preparar os alunos para a cidadania, permitindo que eles façam o uso de conhecimentos históricos e científicos, baseados em competências e habilidades fortemente necessárias para o exercício pleno de atividades do dia a dia. Mas, mesmo que essa seja a sua finalidade, o que se tem feito é tornado a educação um comércio.

Uma vez que está cada vez mais difícil ingressar em uma universidade pública, ou em cursos como engenharias, medicina e direito, o comércio da educação está se fortalecendo, aumentando a desigualdade de oportunidade, já que as escolas estão voltadas ao ensino pautado a um aprendizado mais mecânico, longe dos saberes e perspectivas da aprendizagem significativa, fugindo da ideia central de escola que é formar cidadãos pensantes. E os dados mostram que nas instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas ainda há mais alunos oriundos da rede básica privada, e esse número ainda é mais desigual quando tratado



na quantidade de alunos da educação básica privada no ensino superior público.

Com isso, junto ao fato de ainda ser presente no Brasil a precarização de algumas escolas, a classe mais desfavorecida recebe bombardeios de um não conhecimento de seu potencial, assim, vive e reproduz a mesma sequência linear de sua geração (em maioria). Deste modo, para ter uma Educação Básica eficiente, deve-se partir de um referencial inicial zero, e buscar formas de contornar essa triste situação.

Assim, pode-se assegurar que a educação, que é uma ferramenta de diminuição das desigualdades, tem se tornado também uma forma de incentivar a desigualdade. Muitos universitários pertencentes a classes sociais mais elevadas, e também professores universitários, não compreendem a necessidade da implementação das cotas, assim como, não compreendem que há grande diferença entre o ensino ofertado entre as escolas de ensino básico.

Com isso, os direitos humanos referentes ao direito de educação de qualidade têm se tornado algo precário na atualidade. Há de ser necessário um replanejamento nas formas de ingresso ao ensino superior, considerando muitos fatores, não somente aos exames inscritos, e também melhorar a qualidade da educação ofertada pela rede pública.

## Referências

CALGARO, Fernanda. 32% dos candidatos do Enem 2017 faltam no segundo dia de prova, diz Inep. **G1 – O portal de notícias da Globo – Globo.com**, 12 de novembro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/balanco-enem-2017-inep.ghtml>. Acesso em: 12 jan. 2018.

DE SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

FERREIRA, Anna Rachel. **Ditadura Militar: aulas para o trabalho**. São Paulo: Revista Nova Escola, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**, 2018. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/ce-915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce-915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

MEIRELLES, Elisa. **Primeira República: um período de reformas**. São Paulo: Revista Nova Escola, 2013.

PALOMAR, Meire Terezinha Muller. Objetivo da Educação na escola pública. **Prefeitura Municipal de Paulínia**: Secretaria Municipal de Educação. Paulínia, 2017. Disponibilidade em: <http://www.paulinia.sp.gov.br/secretarias?id=7&Titulo=Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 jan. 2017.

RODRIGUES, Rafael Pinto. **A educação literária no Colégio de Pedro II (1838-1854)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Autores associados, 2018.

SCACHETTI, Ana Ligia. **Ensino com o Catecismo**. São Paulo: Revista Nova Escola, 2013.

SOUZA, C.A de M.; CAVALCANTE, M. J. M. **Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República**. Brasília: Liber Livro, 2016.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos

constitucionais da educação brasileira. **Revista Janus. Lorena**, v. 3, n. 4, p. 130, 2006.

Recebido em 31 de julho de 2020.  
Aceito em 09 de outubro de 2020.